



## **TERMO DE COMPROMISSO Nº 33/2020**

*Origem: Processo GAIA nº 10113201748153; AIA nº: 8684/D*

O **INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE - IMA**, pessoa jurídica de direito público, com sede e foro na Capital do Estado de Santa Catarina, com jurisdição em todo o território catarinense, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.256.545/0001-90, sito a Rua Artista Bittencourt, nº 30, Centro, Florianópolis (SC), neste ato representada pelo seu Gerente Regional Clesio Leonel Hossa, brasileiro, união estável, portador do RG nº 5.958.204 SSP/SC e CPF/MF de nº 002.020.570-89, residente e domiciliado no município de Caçador. doravante denominado IMA e, de outro lado, **Eloir Farenzena** pessoa física, inscrita no CPF sob o nº 384.866.799-15, com residência na cidade de Iomerê, estado civil: Outros, nos termos do art. 87 da Lei 14.675/2009 – Código Estadual do Meio Ambiente, firmam o presente TERMO DE COMPROMISSO fundado nas cláusulas que seguem.

**CONSIDERANDO** a ação fiscalizatória ocorrida em 06/06/2017, que resultou no Auto de Infração número 8684-D, em face de Eloir Farenzena, pelos seguintes fatos:

Descrição do AIA 8684-D: CAUSAR DANOS À VEGETAÇÃO NATIVA DO BIOMA MATA ATLÂNTICA, FITOFISIONOMIA FLORESTA OMBRÓFILA MISTA, EM ÁREA DE 2,72 HA, ABRANGENDO A ESPÉCIE AMEAÇADA DE EXTINÇÃO ARAUCARIA ANGUSTIFOLIA (PINHEIRO-BRASILEIRO).

**CONSIDERANDO** que foi apresentada pelo autuado, em 17/05/2019 sob protocolo SGP-e IMA FATMA 21312/2018, proposta para firmar o presente TERMO DE COMPROMISSO;

**CONSIDERANDO** que a compromissária estava, na época, desempenhando suas atividades em desacordo com a legislação ambiental;

**CONSIDERANDO** a função sócio-ambiental da propriedade prevista nos artigos 5º, inciso XXIII, 170, inciso VI, 182, § 2º, 186, inciso II e 225, todos da Constituição da República;

**CONSIDERANDO** a relevância econômica e social da atividade desenvolvida pela compromissária em sua região de atuação;

**CONSIDERANDO** os instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente e, uma das finalidades do Instituto do Meio Ambiente – IMA que buscam a compatibilização da preservação ambiental com o desenvolvimento econômico e, que o valor da multa pode ser convertido em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente;

**CONSIDERANDO** tratar-se o IMA de autarquia pública estadual, responsável pelo licenciamento de atividades potencialmente poluidoras e pela proteção e conservação do Meio Ambiente;

**CONSIDERANDO** que o presente termo de compromisso tem por objetivo a regularização do Auto de Infração Ambiental;

**CONSIDERANDO** que em caso de descumprimento do Compromisso de Ajustamento, pela compromissária, caberá o ajuizamento de ação de execução para busca da satisfação das



obrigações previstas no Termo;

**CONSIDERANDO**, enfim, as funções institucionais do IMA, dentre as quais se encontra a legitimação ativa para a defesa judicial e extrajudicial dos interesses relacionados à preservação do meio ambiente, podendo subscrever, para tanto, com os interessados, Termos de Compromisso de Ajustamento de Conduta, conforme previsto no art. § 6º do artigo 5º da Lei nº 7.347/85 e na Portaria Conjunta IMA/CPMA nº 143/2019.

**CONSIDERANDO** as conclusões apontadas na Manifestação Acerca da Defesa Prévia, oportunidade em que a agente fiscal manifestou-se pela manutenção do auto de infração, com possibilidade de formalização de Termo de Compromisso;

**CONSIDERANDO**, ainda que nas conclusões apontadas na Manifestação Acerca da Defesa Prévia, a agente fiscal destaca que o auto de infração foi lavrado para uma área onde atualmente estão instaladas duas empresas, devendo ser tal fato levado em consideração, quanto à possibilidade de sua manutenção ou necessidade de sua demolição.

**CONSIDERANDO** que a sanção de demolição não se mostra razoável, tendo em vista que a área atualmente ocupada pelos empreendimentos não é considerada de preservação permanente nem sobrepõem área de reserva legal. Ademais, o impacto ambiental gerado pela demolição (resíduos de construção civil, movimentação de solo, compactação, necessidade de área para bota fora, entre outros aspectos) se mostra muito menos benéfico do que a compensação ambiental, com recuperação de áreas próximas e manutenção de áreas equivalentes ou superiores. Além disso, mesmo que fosse feita a demolição, a recuperação ambiental ocorreria em uma área que já teve diversas movimentações de solo, principalmente escavações, ficando assim uma área imprópria para o desenvolvimento florestal, em virtude do solo alterado e pobre em termos nutricionais.

## **RESOLVEM**

Celebrar o presente Termo de Compromisso mediante as seguintes cláusulas:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente Termo de Compromisso tem por objetivo a regularização da atividade da compromissária e melhoramento da viabilidade ambiental de seu empreendimento, através de ações e procedimentos que resultem na diminuição e/ou reparação dos danos causados.

### **CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ATRIBUIÇÕES DAS PARTES**

#### **I – DO IMA:**

- a) Orientar e supervisionar a execução da ação do objeto deste TERMO;
- b) Suspender a exigibilidade da multa aplicada com a assinatura deste Termo de Compromisso.

#### **II – DA COMPROMISSÁRIA:**

- a) Fazer cessar, corrigir e/ou recuperar o dano ambiental, conforme o caso, apresentando projeto a ser aprovado pelo IMA, caso necessário.
- b) Efetuar pagamento da Guia DARE, na proporção de 10% (dez por cento) do valor de multa



fixado, com valores atualizados (quando aplicável), destinados ao FEPEMA, perfazendo o valor de R\$ 2.250,00;

c) Efetuar depósito, na Conta Corrente nº 800040-9, Agência 3582-3, do Banco do Brasil (Manutenção de Unidades de Conservação), na proporção de 10% (dez por cento) do valor de multa fixado, com valores atualizados (quando aplicável), perfazendo o valor de R\$ 2.250,00;

d) Efetuar pagamento da Guia DARE, na proporção de 10% (dez por cento) do valor de multa fixado, com valores atualizados (quando aplicável), em favor do Fundo de Restituição de Bens Lesados, perfazendo o valor de R\$ 2.250,00;

e) A compromissária expressamente renuncia o direito de recorrer administrativamente, nos termos do art. 132, § 4º da Portaria Conjunta IMA/CPMA nº 143/2019. Os efeitos da renúncia continuam vigorando mesmo no caso de rescisão do presente Termo de Compromisso;

f) Revegetar, em outro local e em outro imóvel, área de 2,72 hectares, equivalente a área suprimida, com espécies nativas, especialmente frutíferas nativas da região, em consórcio com 15% de araucária, cuja área deverá ser averbada na respectiva matrícula do imóvel, nominada com ÁREA DE REVEGETAÇÃO, não podendo mais ser utilizada para outros fins.

g) Manter fragmento de vegetação nativa em área de 2,72 hectares, que não pode sobrepor reserva legal e nem Área de Preservação Permanente, assim definidas na Lei Federal 12.651/12, sendo esta área equivalente a área suprimida, com vegetação em estágio médio e avançado de regeneração, com significativo número de araucárias, no mesmo imóvel objeto da infração ambiental. Referida área deverá ser averbada na matrícula do imóvel, denominada ÁREA DE MANUTENÇÃO FLORESTAL, não podendo mais ser utilizada para outros fins.

h) Realizar a compensação florestal, destinando área de 2,72 hectares, equivalente a área suprimida, com vegetação em estágio médio e avançado de regeneração natural, no mesmo município ou região metropolitana, devendo ser referida área averbada na matrícula do imóvel, como área de compensação ambiental, não podendo mais ser utilizada para outros fins.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DA MULTA/CONVERSÃO**

a) Será gerado boleto no valor de 10% (dez por cento) dos valores indicado nos Autos de Infrações Ambientais, conforme item b), da Cláusula Segunda, Item II, nos termos do que dispõe o Art. 87 da Lei nº 14.675/2009, sem prejuízo aos compromissos estabelecidos nos itens a), c) e d) da Cláusula Segunda, Item II.

b) O compromissado deverá efetuar o pagamento do referido boleto bancário no prazo de 20 (vinte) dias contados da data de expedição do boleto, além dos demais compromissos estabelecidos neste Termo.

c) A compromissária deverá comprovar o recolhimento dos compromissos estabelecidos nos itens b), c) e d) da Cláusula Segunda, Item II, no prazo de 20 (vinte) dias contados da data de expedição do boleto, via protocolo digital SGP-e.

### **CLÁUSULA QUARTA - DAS PENALIDADES**

a) No caso de rescisão, ou na hipótese do inadimplemento do pagamento da compensação ambiental, as licenças ambientais emitidas serão automaticamente suspensas.



- b) Da inadimplência parcial ou total de alguma das cláusulas deste Termo de Compromisso será aplicado multa diária no valor de R\$ 1.125,00 incidente a partir do término do prazo assinado sem o devido cumprimento.
- c) O Compromissário expressamente renuncia a defesa ou recurso administrativo em relação à compensação ambiental devida, bem como a interposição de medida ou ação judicial de qualquer espécie, em face das cláusulas estabelecidas no presente termo, bem como, em relação às penas decorrentes da inadimplência. Os efeitos da renúncia continuam vigorando mesmo no caso de rescisão do presente termo.
- d) O IMA poderá suspender os efeitos do presente termo em caso fortuito, força maior ou por determinação judicial.
- e) A celebração do presente Termo de Compromisso não impede a aplicação de quaisquer sanções administrativas, civis, penais e judiciais frente a futuro descumprimento pela Compromissária das normas ambientais vigentes.
- f) No caso de rescisão, ou na hipótese de interrupção do cumprimento das obrigações de cessar, corrigir a degradação ambiental e/ou regularizar a atividade, por decisão da autoridade ambiental ou por culpa do infrator, o valor da multa atualizada monetariamente deverá ser pago integralmente pela compromissária.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DA VALIDADE E PUBLICAÇÃO**

- a) O presente termo entra em vigor na data da sua assinatura e terá validade de 24 (vinte e quatro) meses.
- b) Sob pena de ineficácia, a Compromissária deverá publicar no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, no prazo de até 10 (dez) dias úteis após a homologação do presente, Extrato, conforme modelo fornecido pelo IMA, às expensas da Compromissária.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DO FORO E DISPOSIÇÕES FINAIS**

Eventuais litígios oriundos dos termos do presente instrumento serão dirimidos no Foro da Comarca da Capital, renunciando as partes a qualquer outro por mais privilegiados que seja.

O IMA não arcará com qualquer ônus financeiro decorrente da assinatura do presente Termo de Compromisso, nem poderá ser responsabilizada na hipótese de inadimplência pelo compromissado.

E por estarem de acordo, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que produzam, entre si, os legítimos efeitos de direito.

Caçador, 04 de agosto de 2020

---

Clesio Leonel Hossa  
Gerente Regional

---

Eloir Farenzena  
CNPJ: 384.866.799-15



Testemunha 01: \_\_\_\_\_  
Nome:  
RG:

Testemunha 02: \_\_\_\_\_  
Nome:  
RG:



### **Modelo de Publicação do Extrato do Termo de Compromisso no Diário Oficial do Estado**

Extrato do Termo de Compromisso nº. 33/2020 - IMA Eloir Farenzena, CNPJ: 384.866.799-15, informa que celebrou Termo de Compromisso com o Instituto do Meio Ambiente – IMA, em 04 de agosto de 2020, tendo por objeto melhoria na qualidade ambiental, com a conversão de parte da multa aplicadas em a) Fazer cessar, corrigir e/ou recuperar o Dano Ambiental, conforme o caso, apresentando projeto a ser aprovado pelo IMA, caso necessário; b) Efetuar o pagamento da DARE no valor de 10% da multa fixada, com valores atualizados destinados ao FEPEMA, perfazendo R\$ 2.250,00; c) Efetuar o depósito em conta vinculada e específica, 10% do valor fixado, no prazo de 10 dias, obedecendo aos critérios da Portaria IMA 153/2019, perfazendo o valor de R\$ 2.250,00; d) Efetuar o depósito de 10% do valor fixado para o Fundo de Restituição de Bens Lesados no prazo de 10 dias, perfazendo o valor de R\$ 2.250,00; Vigência: 24 (vinte e quatro) meses meses.